UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

JORNAL DA UNICAMP

ED. 737 | Campinas, 15 a 31 de dezembro de 2025 | www.jornal.unicamp.br

Foto: José Cruz/Agência Brasil

UM ANO PARA A HISTÓRIA (E O QUE ESTÁ POR VIR) 5 a 9

Por: Fábio Kerche | Luciana Tatagiba | Ludmila Ribeiro | Luiz Marques
Marcos Nobre | Marjorie Marona | Ronaldo Rômulo de Almeida

Bióloga desenvolve app que simula controle glicêmico 2

Língua eletrônica avalia de cachaça a suco de uva 3

Pães sem glúten têm falta de minerais, aponta tese 4

Livro aborda influência do ideário de Lombroso na AL 10

O impacto das instituições na desigualdade salarial 11

Historiador critica visão de Brasil como paraíso sexual 12

Lavagem da estátua da Justiça em frente ao Supremo Tribunal Federal, em Brasília

App simula metabolismo humano

MARINA GAMA
marinagc@unicamp.br

Fotos: Antonio Scarpinetti

Bióloga desenvolve ferramenta que mostra controle glicêmico em diferentes situações

Aplicativo permite que estudante veja como reagem hormônios e órgãos ligados ao processo de regulação da glicose

Formar um profissional de saúde vai além de memorizar sistemas do organismo e nomes de hormônios. É preciso compreender processos complexos, integrados e invisíveis, como o controle da glicemia, mecanismo alterado em doenças como obesidade e diabetes. A então aluna de graduação em Biologia Ana Clara de Gouvêa Fernandes enxergou ali uma oportunidade de desenvolver uma ferramenta para o aprendizado do tema ao lado do professor e pesquisador Everardo Magalhães Carneiro, do Instituto de Biologia (IB) da Unicamp e do Centro de Pesquisa em Obesidade e Comorbidades (OCRC).

"As imagens dos livros estavam paradas. Eu imaginava que seria tão sensacional se elas se mexessem", lembra Fernandes. Da frustração nasceu a pergunta científica que guiou sua tese na Unicamp: e se fosse possível simular o metabolismo humano em um aplicativo?

Carneiro, cujo trabalho envolve o estudo dos mecanismos celulares e moleculares da produção, secreção e ação da insulina e glucagon em modelos animais, ministrava a disciplina que tratava do tema e viu na aluna um potencial e grande afinidade pela docência. "Notei que ela tinha uma aptidão grande para o ensino, então vi uma potencialidade para desenvolver estratégia com foco no aprendizado de estudantes da área da saúde", explica o orientador.

A pesquisa resultou no desenvolvimento e avaliação de um aplicativo que simula o controle glicêmico em diferentes situações, como metabolismo saudável, obesidade e diabetes tipo 1 e 2. Ao usar o app, o estudante ajusta variáveis e vê imediatamente o comportamento dos hormônios e órgãos envolvidos no processo de regulação da glicose, o que nos livros aparece como diagramas estáticos.

O objetivo de Fernandes não era criar um aplicativo por si só, conta, mas resolver um problema educacional. De acordo com orientanda e orientador, muitos estudantes da área da saúde sabem o que é a insulina, mas não compreendem o que ela faz em conjunto com o fígado e outros órgãos, e como isso muda quando há dificuldade de ação da insulina, como na obesidade e diabetes tipo 2, ou na ausência total desse hormônio, como no diabetes tipo 1.

Na formação nas áreas de saúde, compreender essas relações pode ser decisivo para interpretar exames e orientar pacientes. "A educação em saúde é prevenção. Se o futuro profissional entende esses mecanismos, ele consegue explicar melhor para o paciente e, possivelmente, evitar o agravamento da doença", resume Fernandes.

Testes

Para avaliar se o aplicativo realmente facilitava o aprendizado foram realizadas aulas e testes com os estudantes, voltadas para dois públicos distintos: do ensino superior e do ensino médio.

No ensino superior, a pesquisa explorou diferentes possibilidades de utilização do recurso em dois momentos distintos. Inicialmente, os estudantes participaram de uma aula expositiva tradicional com slides, ministrada pelo professor Carneiro, seguida de uma aula prática com o aplicativo conduzida por Fernandes. Essa primeira etapa constituiu uma experiência de Aprendizagem Baseada em Investigação, abordagem na qual o aluno formula hipóteses à medida que manipula o aplicativo. Posteriormente, a aula tradicional foi substituída por uma aula interativa em que os estudantes utilizavam o aplicativo de forma contínua, intercalada por breves exposições aprofundadas conduzidas por Fernandes, caracterizando uma Aula Mediada por Tecnologia. O desempenho dos alunos foi avaliado por meio de pré-testes e pós-testes, questionários de opinião e escalas internacionais de usabilidade.

Em todos os cursos testados, houve melhora significativa no desempenho após o uso do app. A ferramenta também obteve nota média de 75,11 na System Usability Scale, indicador internacional, considerado de alta aceitação. Os estudantes relataram sensação de autonomia e maior clareza conceitual. "Quando a gente aproxima a tecnologia da sala de aula, as coisas começam a fazer sentido", afirma Fernandes.

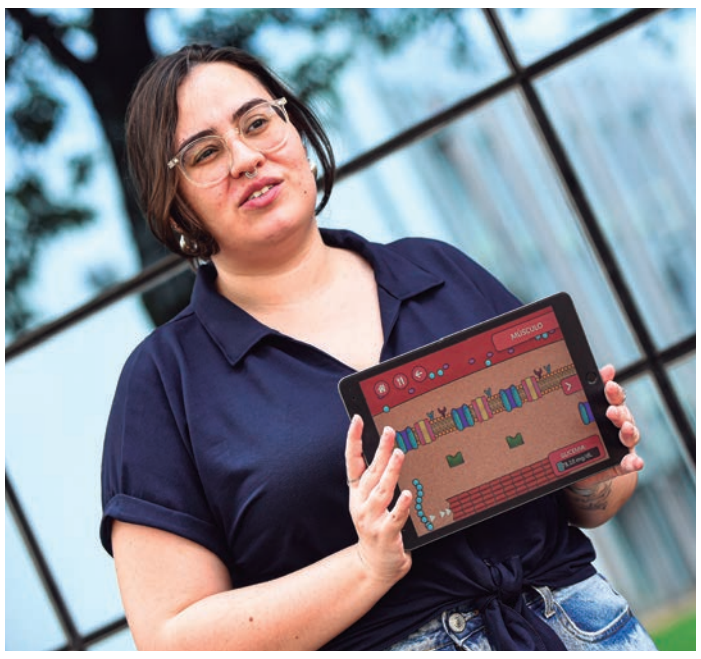
A segunda etapa testou o aplicativo com estudantes do ensino médio. Nesse nível, o aplicativo funcionou bem, mas de forma diferente. Enquanto estudantes universitários conseguiam navegar sozinhos e construir as hipóteses, no ensino médio a mediação do professor era indispensável. "Eles ainda não têm tanta autonomia de estudo quanto um aluno de graduação", explica.

Segundo a autora, a tese dialoga abertamente com os princípios de Paulo Freire, autor escolhido na epígrafe do documento: "Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua própria produção". Para Fernandes, o aplicativo é justamente a materialização dessa ideia. "Eu não quero que o aplicativo dê a resposta. Eu quero que ele provoque o aluno a pensar."

A pesquisa conclui que o aplicativo não substitui a aula tradicional com a presença do professor, mas pode complementá-la ao promover aprendizado ativo e significativo. "Para um país que enfrenta alta prevalência de diabetes — o Brasil ocupa a sexta posição mundial em número de adultos com a doença — a integração entre educação e saúde pode ser decisiva", reflete Fernandes.

Segundo Carneiro, a importância da pesquisa está em tornar menos abstratos os conceitos envolvidos no controle glicêmico. "Favorecer aos estudantes das profissões da saúde e profissionais afins com uma ferramenta de aprendizado sobre os mecanismos celulares e moleculares envolvidos com o controle glicêmico torna os conceitos envolvidos menos abstratos", afirma. Ele destaca ainda que o aplicativo já é usado nas aulas práticas: "Nós usamos este dispositivo em nossas aulas práticas e está bem claro que os alunos gostam e destacam que melhora a visualização dos conceitos teóricos abordados nas aulas".

O orientador também vê no aplicativo uma resposta a questões estruturais do ensino de fisiologia no Brasil. Segundo ele, a ferramenta pode beneficiar especialmente instituições que não possuem estruturas mais eficientes para aulas práticas de fisiologia. Além disso, o uso do aplicativo interativo pode mitigar a questão do uso de animais em aulas práticas, uma vez que o ensino de fisiologia para alunos da área da saúde pressupõe, em sua maioria, o uso de animais de laboratório para visualizar as funções dinâmicas do organismo.



A bióloga Ana Clara de Gouvêa Fernandes, autora da tese: aplicativo pode promover aprendizado ativo e significativo

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Reitor Paulo Cesar Montagner **Coordenador Geral da Universidade** Fernando Antonio Santos Coelho **Pró-Reitor de Desenvolvimento Universitário** Fernando Sarti **Pró-Reitora de Pesquisa** Ana Maria Frattini Fileti **Pró-Reitora de Graduação** Mônica Alonso Cotta **Pró-Reitora de Extensão, Esporte e Cultura** Sylvia Helena Furegatti **Pró-Reitora de Pós-Graduação** Cláudia Vianna Maurer Morelli **Chefe de Gabinete** Osvaldir Pereira Taranto **Chefe de Gabinete Adjunto** Zigomar Menezes de Souza

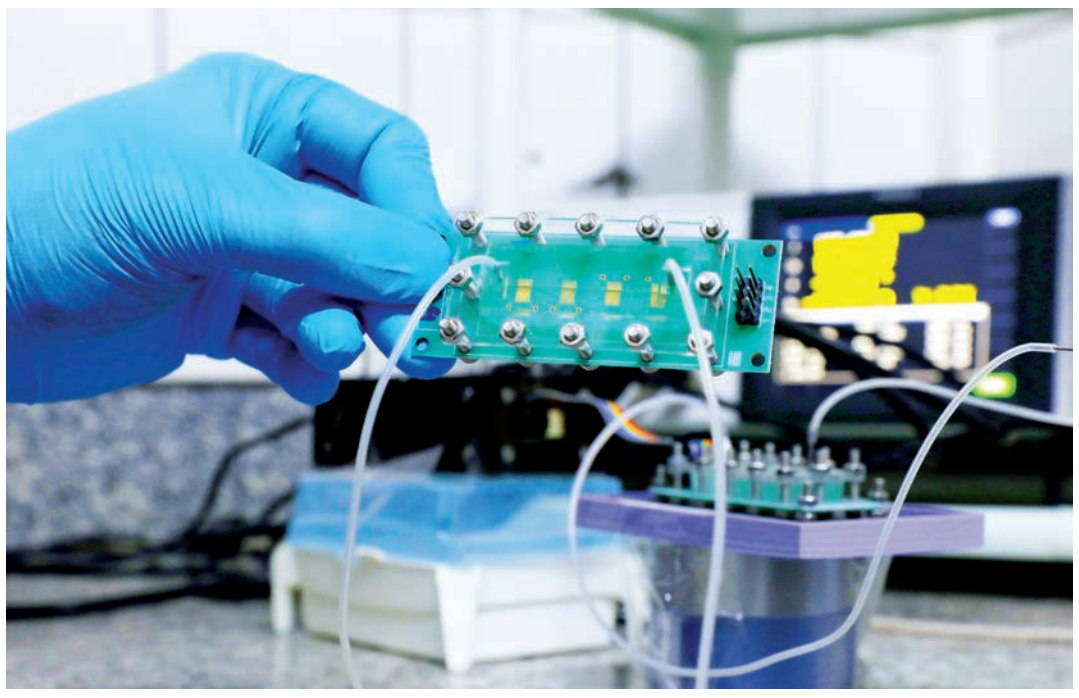
Jornal da Unicamp **Coordenador da Secretaria Executiva de Comunicação** Márcio Cataia **Editor-chefe** Álvaro Kassab **Editora** Raquel do Carmo Santos (on-line) **Chefia de reportagem** Rachel Bueno **Reportagem** Adriana Vilar de Menezes, Carmo Gallo Netto, Daniela Prandi, Felipe Mateus, Hebe Rios, Helena Tallmann, Hélio Costa Júnior, Juliana Franco, Liana Coll, Mariana Garcia, Marina Gama, Paula Penedo, Silvio Anunciação, Tote Nunes **Fotos** Antoninho Perri, Antonio Scarpinetti, Lúcio Camargo **Projeto gráfico** Luis Paulo Silva **Editores de arte** Alex Calixto de Matos, Paulo Cavalheri **Atendimento à imprensa** Ronei Thezolin **Revisão** Júlia Mota Silva Costa **Coordenadora do núcleo audiovisual** Patrícia Lauretti **Supervisora de TI** Laura de Carvalho Freitas Rodrigues **Acervo** Maria Cristina Ferraz de Toledo, Sergio de Souza Silva **Tratamento de imagens** Renan Garcia **Redes sociais** Bruna Mozer, Octávio Augusto Bueno Fonseca da Silva **Serviços técnicos** Alex Matos, Antonio Marcos Pereira de Moura, Elisete Oliveira Silva, Guilherme Pansani, Mateus Fioresi, Selvino Frigo, Stella Cadeu Moreira Costa **Impressão** Gráfica Mundo **Correspondência** Cidade Universitária "Zeferino Vaz", CEP 13081-970, Campinas-SP. O **Jornal da Unicamp** é elaborado pela Secretaria Executiva de Comunicação (SEC) da Unicamp. **Periodicidade** quinzenal

Dispositivo, que simula o comportamento das papilas gustativas humanas, mede e compara sabores

Língua eletrônica avalia qualidade de bebidas

PAULA PENEDO
penedo@unicamp.br

Fotos: Antoninho Perri



Equipamento usado nos testes em laboratório da Faculdade de Engenharia de Alimentos: técnica mede o comportamento de diferentes materiais

Uma cooperação entre a Faculdade de Engenharia de Alimentos (FEA) e o Instituto de Física Gleb Wataghin (IFGW) da Unicamp vem testando e aplicando equipamentos do tipo língua eletrônica na avaliação da qualidade de diversos tipos de bebidas. Esse dispositivo, composto por um arranjo de sensores químicos, simula o comportamento das papilas gustativas humanas e tem como objetivo medir e comparar sabores e outros tipos de substâncias presentes em alimentos.

Embora as línguas eletrônicas já sejam amplamente conhecidas na literatura científica, a parceria entre os dois institutos visa testar sensores desenvolvidos na própria Unicamp, baseados na espectroscopia de impedância. Ainda pouco empregada na análise de bebidas, essa técnica mede o comportamento de diferentes materiais ao estudar a resposta de um sistema à passagem de uma corrente elétrica alternada. Em línguas eletrônicas, cada sensor impedimétrico reage de forma diferente às substâncias presentes na bebida, criando, em conjunto, um padrão único de respostas elétricas que gera uma espécie de impressão digital da bebida.

"A língua humana trabalha com o conceito de seletividade global. Se a gente beber café, centenas de moléculas enviam uma enxurrada de informações para o cérebro, que as agrupa e reconhece como café. O dispositivo tenta imitar essa habilidade, então a escolha dos materiais que formam as unidades sensoriais é fundamental para extrair o máximo de informação possível", explica o professor do IFGW Antonio Riul Jr. O docente foi o primeiro pesquisador a empregar espectroscopia de impedância em línguas eletrônicas, quando fazia pós-doutorado na Universidade de Bangor, no País de Gales (Reino Unido), e suas análises demonstraram que a simplicidade do dispositivo permite a extração de grandes volumes de informação, em comparação com tecnologias tradicionais.

Embora tenha aplicação em diversos tipos de pesquisa, como a análise do solo, na área de alimentos a língua eletrônica impedimétrica visa complementar a análise sensorial realizada por humanos, bem como as medidas físico-químicas, que tendem a ser custosas e demoradas. Por utilizar algoritmos de análise de dados que criam modelos de classificação e predição das substâncias, a língua não precisa de padrões — sensores de referência para comparar resultados obtidos —, o que agiliza e barateia o processo. Além disso, o dispositivo foi adaptado para medir as amostras de maneira ininterrupta, em um sistema microfluídico do sensor.

Foto: Divulgação

A pesquisadora Tatiana Américo da Silva: água de coco, suco de uva e cachaça foram avaliadas na pesquisa

De acordo com o professor da FEA Douglas Fernandes Barbin, essa adaptação é benéfica porque a língua eletrônica voltamétrica, mais tradicional, necessita que as análises sejam feitas posteriormente, em recipientes separados. Entretanto, em uma futura aplicação industrial da tecnologia microfluídica, existe a possibilidade de realizar a análise visando o controle contínuo da qualidade do alimento. "Isso agilizaria o processo porque possibilita corrigir um erro durante a produção de um suco, por exemplo, ao invés de fazer a análise no produto final e, caso identifique um erro, ter que descartar todo o lote que já foi processado", esclarece.

Resultados

Em seu laboratório, Barbin lidera o grupo de pesquisa *Food Process Analytical Technology*, que estuda tecnologias para processamento de alimentos e de produtos agrícolas. A equipe se destaca em análises a partir de métodos ópticos, como a espectroscopia no infravermelho próximo (NIRS), que ilumina a amostra com essa radiação, medindo quais frequências são absorvidas. No entanto, líquidos costumam ser translúcidos e alguns alimentos possuem partículas que modificam a trajetória da luz no meio, dificultando a análise por NIRS. Foi essa dificuldade que inspirou a parceria entre os dois institutos, iniciada quando o docente da FEA descobriu os estudos de Riul com análise do solo.

A primeira prova de conceito do uso do protótipo na análise de líquidos acaba de ser concluída pela pesquisadora Tatiana Américo da Silva. Em sua tese de doutorado, defendida na Engenharia de Alimentos, a autora avaliou a performance do dispositivo na medição da qualidade de três bebidas populares no Brasil: água de coco, suco de uva e cachaça. Ao final, o estudo constatou que, quanto mais complexo o líquido, mais amostras e análises físico-químicas são necessárias, mas que a acidez e a doçura — representada por sólidos solúveis totais — desempenharam grande influência nas medições, sendo as duas características que mais se destacaram nas análises.

No caso da água de coco, por exemplo, por ser a bebida com menor número de compostos complexos, o dispositivo identificou os sólidos solúveis totais, a acidez total titulável, que se refere ao total de ácidos em uma amostra, e os valores de pH, além de ser capaz de diferenciar as marcas que haviam passado por processamento. Já para o suco de uva, a língua foi mais eficaz somente na determinação dos valores de pH, separando, também, amostras integrais das reconstituídas. "Já nas bebidas alcoólicas, as línguas agrupam amostras de cachaça adoçada e de gin, mas só um dos sistemas testados agrupou por pH, enquanto o outro agrupou por sólidos solúveis totais e grau alcoólico", revela a autora.

Esses resultados demonstraram que os sensores têm potencial para aplicação na diferenciação dos líquidos, mas ainda são necessários novos estudos, com uma maior quantidade e variedade de amostras, para que a tecnologia esteja apta para aplicação na indústria. Nesse sentido, um dos desafios é a durabilidade dos eletrodos, pois em medidas prolongadas há formação de um biofilme nas unidades sensoriais, que precisam ser trocadas periodicamente. Esse controle de molhabilidade é foco de um estudo que ainda está sendo desenvolvido no IFGW e, se der certo, poderá estender tanto o tempo de vida quanto a disponibilidade do dispositivo.

Outra necessidade também é comparar os resultados da medição usando a língua eletrônica com os obtidos na análise sensorial humana, o que está sendo conduzido pelo doutorando da FEA Dhanus Raj Kanaga Raj. O estudo está obtendo resultados promissores e tem como foco a análise de produtos farmacêuticos e de sabores de alimentos como café, chá e suco. "Um dos objetivos é a quantificação de diferentes tipos de adoçantes, pois agora todos esses produtos estão vindo com açúcar ou edulcorantes", revela o pesquisador, que deve defender sua tese até o final de 2026.

Da esq. para a dir., os professores Antonio Riul Jr e Douglas Fernandes Barbin, e o doutorando Dhanus Raj Kanaga Raj: cooperação entre a FEA e o IFGW

O ‘vazio’ de minerais dos pães sem glúten

Estudo inédito avalia composição do alimento; pesquisador propõe fortificação de farinhas

ADRIANA VILAR DE MENEZES
adrivm@unicamp.br

O pão nosso de cada dia, nos últimos anos, adquiriu novas formas, sabores, aparências e composições, dentre as quais a opção “sem glúten”, que conquista cada vez mais consumidores. Para pessoas celíacas (acometidas por doença autoimune relacionada ao consumo do glúten), intolerantes, alérgicas ou com qualquer tipo de restrição alimentar, a variedade é muito bem-vinda. Mas o benefício da ausência do glúten nos pães não garante um produto mais nutritivo em relação aos minerais, aponta a pesquisa desenvolvida na Faculdade de Engenharia de Alimentos (FEA) da Unicamp pelo químico Paulo Henrique Leuteviler Pereira.

Para além de identificar nos pães sem glúten as baixas quantidades de minerais como ferro (Fe), cálcio (Ca), zinco (Zn) e magnésio (Mg), essenciais para o corpo humano, o estudo inédito de simulação de digestão humana revelou a baixa bioacessibilidade (porção do nutriente liberada do alimento após digestão) dos minerais. Com a máxima em mente de que “não somos só o que comemos, mas o que absorvemos”, o pesquisador também desenvolveu em sua tese uma proposta de fortificação de pães que aumenta a concentração e a bioacessibilidade do ferro.

Pereira conhece de perto a dificuldade de abrir mão do pão no dia a dia. Há dez anos, sua esposa recebeu o diagnóstico da doença celíaca e, desde então, o glúten se tornou ingrediente indesejado na família. “Sempre foi uma dificuldade muito grande achar os alimentos, principalmente pães sem glúten, mas os produtos disponíveis melhoraram nos últimos anos, na aparência e no sabor. No início eram pães muito quebradiços. Hoje há mais e melhores opções”, comemora.

Para o pesquisador, os consumidores dos produtos sem glúten têm o direito de saber que ingerem menos ferro e que há neles, portanto, um “vazio” de minerais, quando comparados aos produtos tradicionais, com glúten. “O celíaco, no geral, já tem uma carência nutricional, de acordo com a literatura da área. Seria importante ele ter no pão sem glúten o mesmo aporte de minerais que existe em um pão tradicional.”

Após analisar 44 amostras diferentes de pães sem glúten e quatro pães tradicionais com trigo (para ter uma base de comparação), Pereira constatou que existe uma variação muito grande na quantidade de cálcio nos pães, de 9 mg a 200 mg em cada 100 g. Em muitas amostras dos pães sem glúten, a quantidade de ferro era tão pequena que não chegava a ser detectada. O mesmo padrão se repetiu com o zinco: até 2,09 mg no pão com trigo, contra no máximo 0,99 mg no sem glúten.

Legislação

Basicamente, uma das principais razões para que os pães com glúten tenham níveis de minerais essenciais mais elevados é que, no Brasil, a farinha de trigo é obrigatoriamente fortificada com ferro e ácido fólico, por determinação de uma política de saúde pública de combate à anemia. A fortificação com ferro é uma estratégia nutricional recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), visto que a anemia por carência de ferro é o maior problema de saúde pública mundial, doença que afeta os sistemas imunológico e cognitivo.

Os pães sem glúten, que utilizam farinhas diferenciadas, como a de arroz e a fécula de batata, entre outras, não possuem legislação específica sobre formulações permitidas. Quem consome pães sem glúten, portanto, “perde” a oportunidade de ingerir a mesma quantidade de ferro que as pessoas que consomem pães tradicionais fortificados. Com os resultados das análises, Pereira se sentiu motivado a elaborar, durante a sua pesquisa, uma maneira de fortificar o pão sem glúten.

A fortificação de farinha de arroz com sulfato ferroso (forma de ferro permitida para a fortificação de farinhas de trigo e milho no Brasil), para o processamento de pães, foi eficaz no aumento da concentração e da bioacessibilidade do mineral. O pesquisador testou a adição de sulfato ferroso na sua forma livre e na forma microencapsulada. Nos dois casos, o pão fortificado sem glúten passou a ter uma quantidade relevante de ferro, contribuindo com 7% da chamada Ingestão Diária Recomendada (IDR) deste mineral para adultos (considerando uma porção de 50 g).

O químico Paulo Henrique Leuteviler Pereira, autor do estudo: análises de 44 amostras diferentes de pães

Fotos: Antonio Scarpinetti

Análise de pães em laboratório da Faculdade de Engenharia de Alimentos: baixa bioacessibilidade de minerais

‘Somos o que absorvemos’

“Diferente do que se fala, nós não somos o que comemos, mas o que absorvemos”, diz Pereira. Segundo a professora da FEA Juliana Azevedo Lima Pallone, orientadora da tese, um ponto é a quantidade de minerais que está no pão, outro ponto é a quantidade de minerais no alimento que fica disponível em nosso trato digestivo para que nosso corpo possa posteriormente absorver e utilizar, explica referindo-se à bioacessibilidade. “Isso mostra a complexidade do assunto e mostra que não basta sabermos a quantidade dos minerais”, diz Pallone.

Para avaliar a fração bioacessível de minerais essenciais que poderá ser absorvida pelo organismo, que implica em estar solúvel ao final da digestão, Pereira utilizou modelo de digestão em laboratório (*in vitro*) que simula o que acontece no estômago e no intestino durante a digestão. “O experimento *in vitro* simula todas as fases da digestão humana, desde a mastigação, depois estômago e intestino, pra ver a fração solúvel. O que ficar solúvel é o que foi liberado do alimento e poderá ser absorvido”, explica Pallone.

A bioacessibilidade é influenciada pela composição dos alimentos. Os fitatos e fibras, que podem estar presentes em farinhas e outros ingredientes utilizados no processamento de pães tradicionais e sem glúten, são fatores antinutricionais, por exemplo, que se agarram aos minerais impedindo que sejam libertados, dificultando a absorção. “Extrato de soja é um exemplo de ingrediente utilizado em diversas formulações que pode conter antinutrientes.” O risco também existe nos pães tradicionais fortificados com ferro. Ou seja, pode ocorrer de nem o ferro adicionado ao pão de trigo ser absorvido. A absorção dos minerais em produtos de panificação é um desafio geral para todos os tipos de pães.”

A professora Juliana Azevedo Lima Pallone, orientadora da tese: indústria pode se interessar pelo trabalho

Contaminação

A tese também investigou os contaminantes inorgânicos nos pães estudados. Os testes não identificaram a presença de arsênio (As), cádmio (Cd) ou chumbo (Pb), classificados como contaminantes inorgânicos tóxicos e cumulativos no corpo, por isso constituem risco à saúde humana, com efeitos neurológicos, cancerígenos e renais. Todas as amostras de pães analisadas apresentaram baixos teores de contaminantes inorgânicos.

Sódio

No quesito sódio, todos os pães – com e sem glúten - apresentaram alto teor, com variação de 118,1 mg a 500,9 mg a cada 100 g. Em geral, o sódio é adicionado na forma de sais para melhorar o sabor e a textura. Os pães sem glúten avaliados estavam dentro dos limites máximos, já entre os pães tradicionais de forma, 25% das amostras ultrapassaram o limite máximo de 400 mg de sódio/100g. Outra constatação importante é de que várias amostras avaliadas apresentaram teor de sódio diferente do valor apresentado nos rótulos. O sódio é o único mineral que está descrito como obrigatório para a rotulagem de alimentos e apresenta efeitos positivos no organismo, desde que consumido em baixas quantidades.

Pereira trabalhou por seis anos na indústria e hoje é pesquisador científico no Instituto Adolfo Lutz de Campinas, na área de alimentos. “O trabalho pode dar um *insight* para a indústria, que pode investir na fortificação do pão sem glúten com minerais”, sugere Pallone.

Um ano **para ser lembrado**

FELIPE MATEUS
felipeom@unicamp.br

LIANA COLL
lianavnc@unicamp.br

Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/ Agência Brasil

Alexandre de Moraes durante sessão no STF: ministro era um dos alvos do plano golpista

Os acontecimentos de 2025 farão deste ano um dos mais marcantes na história política brasileira. A condenação e a prisão do ex-presidente Jair Bolsonaro e de seus aliados militares indicou que há limites que não podem ser cruzados dentro de um regime democrático. Se a anistia aos membros das Forças Armadas que conspiraram contra a democracia foi uma realidade pós-ditadura, a leniência não ganhou espaço em 2025, quando ocorreu o julgamento e teve início o cumprimento das sentenças.

O ex-presidente foi considerado o líder de uma organização criminosa formada com o intuito de dar um golpe de Estado após a sua derrota nas eleições de 2022, quando Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito. O plano golpista, revelaram as investigações, incluía até mesmo o assassinato do recém-eleito presidente e do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes.

O plano, no entanto, não vingou, e Lula teve sua posse garantida. Prestes a entrar no ano final do seu terceiro mandato, o ***Jornal da Unicamp*** *entrevistou os organizadores do livro* Governo Lula 3: reconstrução democrática e impasses políticos, *Fábio Kerche e Marjorie Marona, professores do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Também conversou com os professores da Unicamp Luciana Tatagiba e Ronaldo Rômulo de Almeida, e com a professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Ludmila Ribeiro, autores de capítulos do livro. A obra, que reúne 55 pesquisadores, foi lançada no 49º encontro da Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais (Anpocs), sediado na Unicamp em outubro.*

Os professores analisam o julgamento dos atores da trama golpista. Na visão de Kerche, a condenação e a prisão passam um recado para as elites militares: "Não se aventurem novamente, porque não há mais tolerância para isso". Comentam, ainda, a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF). Para Marona, a Corte vem sendo fundamental para estabilizar a política nacional, porém com um preço alto: a exposição do desequilíbrio entre os Poderes.

Relembrando da posse de Lula, com a participação de movimentos sociais e de grupos subalternizados, a cientista política Luciana Tatagiba discorre sobre as relações entre sociedade civil e Estado, pontuando que houve um retorno de um pacto republicano de diálogo com a sociedade civil. A professora também comenta mudanças no associativismo no país, ressaltando a reorganização de um campo "democrático popular". Este, para Tatagiba, enfrenta dificuldades de avançar suas pautas devido a um bloqueio dos setores conservadores e à necessidade de centrar a atuação na defesa das instituições democráticas, ameaçadas pelo bolsonarismo.

Ronaldo Rômulo de Almeida, antropólogo e atual diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, avalia os desafios colocados para que haja um diálogo entre evangélicos e movimentos de esquerda. O pesquisador reflete sobre os efeitos da captura das ideias do ser cristão e de família por grupos de direita e extrema direita, o que exige das esquerdas um esforço em descobrir e valorizar novas referências evangélicas progressistas. Já Ludmila Ribeiro, pesquisadora do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (Crisp) da UFMG, reflete sobre os desafios de lidar com os problemas da segurança pública no país e de atacar as formas com que organizações criminosas garantem sua operação e seu financiamento. Segundo a professora, o apoio popular manifestado a operações policiais, como a ocorrida no Rio de Janeiro em outubro, sinaliza um pedido de socorro por políticas públicas que rompam com o ciclo de violência.

Sem tolerância com golpismo

Foto: Antonio Scarpinetti

O cientista político Fábio Kerche: processo foi bem conduzido por Paulo Gonet

Para **Fábio Kerche,** a revelação de que setores das Forças Armadas junto ao ex-presidente Bolsonaro tramaram um golpe de Estado revelou que a democracia brasileira não estava tão consolidada. "Fomos surpreendidos com o fato de que há grupos dentro das Forças Armadas que ainda levam em consideração a possibilidade de romper com a democracia", afirma o professor.

O julgamento que resultou na condenação destes militares e de Bolsonaro, avalia, traz uma mensagem de que o Brasil não tolera mais uma ameaça golpista. "Isso é inédito na história brasileira e traz um recado: "Não se aventurem novamente, porque não há mais tolerância para isso."

A boa notícia, prossegue, é que não houve reação dos militares. "Primeiro, eles racharam, pois uma parte expressiva não embarcou no golpe, seja por cálculo político ou por uma adesão legítima [à democracia]. Depois, não houve reação à condenação daqueles que embarcaram. Isso é uma boa notícia. Uma parte expressiva deles aceitou tanto o resultado das urnas quanto o resultado da decisão judicial."

Já sobre o início do cumprimento da pena de Bolsonaro após a tentativa de violação da sua tornozeleira eletrônica e fim do prazo para recurso contra a sentença, foi, para o docente, algo que não estava dentro do *script*. "Essa tentativa de queimar tornozeleira é muito surpreendente. Porém, as provas foram abundantes, e ele foi condenado pela primeira turma. Com exceção do ministro Luiz Fux, todos os outros o condenaram. Assim, essa é uma prisão esperada e importante para marcar que ninguém pode colocar em xeque a democracia e achar que vai ficar impune."

Kerche analisa, ainda, o papel do procurador-geral da República na denúncia dos envolvidos na trama golpista. Para o cientista político, esse papel, fragilizado desde o governo Jair Bolsonaro, foi restabelecido com Paulo Gonet, o que ficou evidente com sua denúncia. "Ele resgatou a sobriedade do papel do PGR. Isso é importante porque se pensarmos na atuação de [Rodrigo] Janot na [Operação] Lava Jato, na atuação de [Augusto] Aras, que não acusou Bolsonaro, o Gonet joga mais equilibrado, é mais sóbrio e, sem fazer muito alarde, participou de um processo muito importante na história brasileira, conduzindo bem o processo."

Continua na página 6

STF, o ‘dique institucional’

Comentando desdobramentos do julgamento do ex-presidente e daqueles envolvidos nos ataques de 8 de janeiro, **Marjorie Marona** avalia que a responsabilização coloca uma “linha divisória" ao reforçar normas democráticas e sinalizar um “custo institucional para quem cruzá-la”. Porém, indica, isso não significa o fim do bolsonarismo, que sobrevive e se adapta, mobilizando novas lideranças. “Ou seja, a punição não dissolve, por si só, o apelo autoritário; ela contém e desmobiliza parte do radicalismo, mas a disputa dos valores democráticos segue aberta”. Assim, mesmo com fissuras nesse campo, a extrema direita não sairá do cenário eleitoral.

Fotos: Antonio Scarpinetti

Marjorie Marona: “Mesmo com fissuras nesse campo, a extrema direita não sairá do cenário eleitoral”

A professora comenta ainda a atuação do STF nos últimos anos, para ela uma “peça-chave do equilíbrio institucional e da estabilidade democrática no Brasil”, contendo tentativas de golpe, combatendo a disseminação de *fake news* e assegurando a integridade das eleições. Porém, ressalta, essa atuação tem duas faces, uma virtuosa e outra problemática.

Para Marona, o Supremo tornou-se um “dique institucional” contra a deterioração da democracia. “Ao mobilizar suas prerrogativas constitucionais, o tribunal ajudou a evitar o colapso da institucionalidade e a garantir a continuidade do regime democrático.”

A atuação segue durante o governo Lula 3, em que o STF torna-se parceiro também na defesa da democracia e na busca por governabilidade. “Essa cooperação entre Planalto e STF ajudou a conter as ofensivas autoritárias e a estabilizar a política nacional. Mas há um preço. O protagonismo crescente do tribunal expôs tensões entre legitimidade democrática e poder judicial. A Corte, ao intervir de forma reiterada em disputas políticas, alimenta críticas tanto à esquerda quanto à direita: uns denunciam um tribunal excessivamente político, outros acusam parcialidade e seletividade. O resultado é um paradoxo: o STF tornou-se indispensável à democracia, mas também um de seus maiores pontos de vulnerabilidade, justamente por personificar o desequilíbrio entre os poderes.”

A cientista política lembra ainda que, diante de um presidencialismo de coalizão reconfigurado, com um Congresso fortalecido e dificultando negociações, o governo atua num “presidencialismo de redução de danos”, que mobiliza o STF para evitar retrocessos. O papel fundamental que a Corte tem exercido, para Marona, não pode ser normalizado, pois a estabilidade democrática não pode depender apenas dos tribunais. “Para que a democracia brasileira volte a respirar com autonomia, é preciso que o protagonismo judicial dê lugar à reconstrução da confiança política e à revitalização do pacto democrático entre os poderes e a sociedade.”

Reconfigurações no associativismo

Luciana Tatagiba estuda desde a década de 1990 o tema de participação política e democracia. A professora avalia que, desde a Nova República, há uma tradição de diálogo com movimentos da sociedade civil, que foi quebrada com Bolsonaro. A retomada desse pacto, diz, teve início com a subida de representantes de movimentos sociais e de grupos subalternizados com Lula em sua posse como presidente. “Quem passou a faixa foi a sociedade civil, a partir de uma reafirmação do princípio de soberania popular como fonte de legitimidade do poder”, observa.

A reativação de conselhos que haviam sido extintos por Bolsonaro, bem como a ocupação de cargos por representantes de movimentos sociais no governo, para a cientista política, mostraram o compromisso com uma recomposição de instâncias participativas. Porém, houve desafios importantes no que se refere a levar adiante agendas dos movimentos durante o governo Lula 3. Parte dessas dificuldades decorre de um bloqueio dos setores conservadores e da moderação que o governo realiza em torno desses grupos. “O bolsonarismo, derrotado nas urnas por uma margem pequena, seguiu forte na sociedade civil”, observa.

Para Tatagiba, houve uma restrição de atuação dos movimentos sociais em decorrência dos ataques do 8 de janeiro de 2023, quando bolsonaristas invadiram o Palácio do Planalto e a Praça dos Três Poderes, clamando por um golpe. “Todo o campo democrático popular foi levado para essa agenda imperiosa que é a defesa do Estado Democrático de Direito e das instituições, que antes eram criticadas por sua insuficiência. Os movimentos passam a ser arrastados por essa maré de defesa da institucionalidade”, resume.

Além disso, pondera, é preciso levar em consideração que o campo do associativismo no país se reconfigurou, tornando-se muito mais diverso. “O bolsonarismo ampliou a sua infraestrutura de mobilização, porque estiveram quatro anos no governo financiando suas bases na sociedade e, diferentememte de Lula, Bolsonaro fez um governo muito mobilizador. Mobilizou o tempo inteiro a sua base de apoio nos momentos em que perdia força.”

A cientista política Luciana Tatagiba: Bolsonaro quebrou a tradição de diálogo com a sociedade civil

A disputa nas ruas, indica, deverá ser importante no próximo ano, em que ocorrem eleições presidenciais. Para o bolsonarismo, analisa, haverá desafios, já que houve um deslocamento do discurso de defesa da ordem e do patriotismo depois dos atos violentos de 2023 e da atuação do deputado federal Eduardo Bolsonaro junto aos Estados Unidos, que resultou em retaliações de Donald Trump ao Brasil.

“Mas uma coisa é certa: não vão sair da ruas. Eles destituíram uma presidenta legitimamente eleita, foram importantes para posicionar um governo e mantê-lo durante quatro anos, e quase conseguiram dar um golpe ao Estado. Então, é pouco provável que esses atores se retirem das ruas”, afirma.

Já para os setores aliados ao governo Lula, Tatagiba avalia que a ascensão de Guilherme Boulos como secretário-geral da Presidência sinaliza uma tentativa de ampliar a base de mobilização. “O governo espera que Boulos restabeleça diálogos com grupos com os quais o governo não foi capaz de conversar até agora e, ao mesmo tempo, que seja capaz de restabelecer laços com movimentos que estão desgostosos com o governo.”

ENTRE **A CRUZ E AS URNAS**

Quem vê o pastor Silas Malafaia, líder da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, vocalizando a plenos pulmões seu apoio a Jair Bolsonaro e à anistia aos condenados pelo 8 de janeiro de 2023, pode não lembrar que, nas eleições de 2002, seu apoio foi dado justamente a Lula, figura hoje demonizada por ele e seus fiéis. A oscilação do apoio político de Malafaia é um exemplo das idas e vindas que marcam a relação entre líderes evangélicos e as esquerdas no Brasil. “O pragmatismo define bem as lideranças”, reflete **Ronaldo Rômulo de Almeida**. “O maior dos líderes, o bispo [Edir] Macedo, da Igreja Universal do Reino de Deus, é o que está mais quieto atualmente. Ele costuma definir o caminho de seu rebanho nos últimos instantes antes das eleições.”

Na análise de Almeida, o diálogo entre a população evangélica e as esquerdas é um desafio e exige um olhar que supere as generalizações de toda a comunidade em um grupo homogêneo, sem estender a todos os fiéis as visões propagadas por seus líderes, de forma a desvincular a ideia do “ser cristão” de uma identidade política. “O que movimentos de direita e de extrema direita fizeram foi capturar a ideia do que é ser cristão e o que é ser uma família. É preciso disputar esses temas e eu entendo que isso precisa ser feito por dentro do movimento evangélico”. Para isso, ele defende a valorização dos quadros evangélicos existentes dentro das esquerdas e a criação de novas referências cristãs progressistas. “A [deputada federal] Benedita da Silva está aí faz tempo, é preciso ter outros, como o [deputado federal] pastor Henrique Vieira, que está em ascensão”, aponta.

O pragmatismo também dá o tom à forma com que o governo busca se aproximar da comunidade evangélica. Se pautas progressistas e de costumes têm maior potencial de rejeição, a alternativa é contemplá-la por meio de pautas econômicas e sociais. “Isso tem respaldo no passado, foi desse jeito que Lula se aproximou dos evangélicos a partir de 2002, no contexto de ascensão da nova classe C”, destaca o professor, afirmando que o foco nas questões econômicas faz parte da base do Partido dos Trabalhadores (PT). Entretanto, Almeida alerta para um fator decisivo neste diálogo, que transcende a agenda de pautas ou a escolha de ministros para o Executivo e o Judiciário vinculados a denominações cristãs: o antipetismo e o antilulismo, que encontram ressonância em outros setores. “Nas eleições de 2022, os evangélicos mantiveram o mesmo perfil de votos, enquanto outras religiões reduziram seu apoio a Bolsonaro. Sinto que há algo incipiente, talvez descolando de Bolsonaro e do bolsonarismo. Mas quando falamos de antipetismo, as coisas continuam bem semelhantes”, analisa.

Em anos recentes, novas denominações evangélicas passaram a se apoiar também no discurso da prosperidade econômica, da meritocracia e do empreendedorismo, ecoando ideias caras aos setores que defendem a liberalização econômica. Enquanto setores das esquerdas veem isso com ressalvas, Almeida lembra que a prosperidade já foi a tônica dos primeiros governos Lula. “Não é algo contraditório, a esquerda que chegou ao poder no país não é socialista, é administradora do capitalismo, tornando-o mais social, garantindo as oportunidades de consumo”. Apesar de se tratar de uma abordagem em que o discurso religioso se confunde com o neoliberal, o pesquisador defende que as aspirações de parte expressiva da sociedade devem ser levadas em conta. “Não podemos demonizar a ideia de alguém ser patrão de si mesmo, querer empreender e prosperar. Não acredito que as coisas devam ser tratadas dessa forma e, aí, acho que os governos Lula já fizeram isso antes”.

Ronaldo Rômulo de Almeida: diálogo entre evangélicos e as esquerdas exige olhar que supere as generalizações

'Não existe **crime organizado** sem **corrupção estatal**'

Foto: Divulgação

Ludmila Ribeiro: percepção de que as políticas sociais não foram capazes de conter o avanço do crime

Exatos dois meses separam dois modelos de combate ao crime organizado no país. Em 28 de agosto, a Operação Carbono Oculto mirou negócios e instituições utilizadas para lavagem de dinheiro do Primeiro Comando da Capital (PCC) e de outras organizações criminosas, desde postos de combustíveis até *fintechs* que operam fundos de investimentos. A estimativa da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo é que mais de R$ 7 bilhões em bens e valores foram apreendidos sem nenhum disparo de arma de fogo. Já em 28 de outubro, uma megaoperação contra o Comando Vermelho (CV) fez dos Complexos da Penha e do Alemão, no Rio de Janeiro, um campo de batalha. Segundo números oficiais, 121 pessoas foram mortas, 113 foram presas e 118 armas foram apreendidas. O principal líder do CV, Edgar Alves de Andrade, conhecido como Doca, no entanto, permanece foragido.

O horror produzido no Rio de Janeiro estimulou o debate em torno de políticas para a segurança pública. Para **Ludmila Ribeiro**, propostas que não tiverem como foco o fortalecimento dos setores de inteligência das polícias, para combater as fontes de financiamento e as lógicas de funcionamento das organizações criminosas, nem atuem no papel desempenhado pelos Estados e pela Federação, não surtirão efeito. "Não estamos olhando para nada disso porque estamos no enfrentamento do dia a dia, na superfície do problema", reflete a pesquisadora, que considera iniciativas como o PL Antifacção algo "totalmente populista e eleitoreiro".

Ribeiro argumenta que hoje as polícias estaduais contam com autonomia, o que dificulta o estabelecimento de políticas que coordenem as Secretarias de Segurança Pública dos Estados, o Ministério da Justiça e a Polícia Federal, medida que seria possível com a aprovação da chamada PEC da Segurança Pública. No entanto, a proposta enfrenta forte oposição no Legislativo. "Um congresso que, na área de segurança pública, foi bastante financiado pelas indústrias de armas, especialmente as campanhas de ex-membros de polícias com o discurso de que 'bandido bom é bandido morto'".

Em seu capítulo no livro, assinado também por Valéria Oliveira e Amanda Lagreca, Ludmila analisa o quanto os dilemas da segurança pública foram alimentados pela flexibilização ao acesso a armas de fogo, sobretudo durante o governo de Jair Bolsonaro. Ela aponta que, se em 2008, havia em média 22 novas armas registradas a cada 100 mil colecionadores, atiradores desportivos e caçadores (CACs), em 2022 o número já estava em 229 armas para cada 100 mil CACs. "Quando houve essa flexibilização do registro de CACs, ficou mais fácil para quem estava envolvido no crime se registrar também como CAC, comprar armas legalmente e usá-las para fins ilegais", explica, relacionando isso também ao aumento da letalidade policial como efeito dessa insegurança pública.

Nos debates acerca do tema, um diagnóstico comum é o de que governos de esquerda teriam dificuldades em lidar com a segurança pública. Ribeiro analisa que isso remonta o período da redemocratização do país, após 1985, quando formou-se um consenso de que, com o conjunto de políticas sociais criadas pela Constituição de 1988, o problema da criminalidade estaria solucionado, sem a necessidade de políticas específicas para isso. Entretanto, ela avalia que a mesma Constituição não previu reformas na estrutura das forças policiais, que conservam regras ainda da ditadura do Estado Novo (1937-1945), o que inviabiliza uma reforma efetiva do setor.

O efeito disso está na percepção das pessoas. Uma pesquisa do instituto Atlas/Intel mostrou que o apoio à megaoperação chega a quase 80% entre moradores de favelas do Rio de Janeiro. "Vejo essa reação como um grande grito de socorro por alguma política que seja capaz de romper com o ciclo de violência". Segundo Ribeiro, há uma percepção entre as pessoas de que as políticas sociais não foram capazes de conter o avanço do crime, nem o aumento no encarceramento, restando como opção o apoio a discursos que prometem matar os criminosos. Para a pesquisadora, é preciso atacar as brechas por onde o crime organizado penetra na estrutura do Estado, favorecendo essas organizações. "Não há crime organizado sem corrupção estatal e o exemplo das milícias é nosso atestado de incompetência".

Crise do multilateralismo **e dilemas da COP30**

Foto: Antonio Scarpinetti

O professor Luiz Marques: criticando a posição brasileira em perpetuar a exploração de petróleo

O ano de 2025 também foi marcado pelo protagonismo brasileiro no debate em torno das políticas ambientais. Entre 10 e 21 de novembro, a cidade de Belém (PA) reuniu mais de 42 mil representantes de 195 países na 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a COP30. Apesar de o evento ter apresentado resultados como a criação do Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF) e a aprovação do chamado "Pacote Belém", as medidas concretas para o abandono dos combustíveis fósseis — objetivo primordial das COP, definido por convenção da ONU desde a ECO 92 — foram inexistentes. "Que multilateralismo é esse? Historicamente, os Estados Unidos são os maiores emissores de gases de efeito estufa do planeta, e não participaram", questiona **Luiz Marques**, professor do IFCH e colunista do ***Jornal da Unicamp***.

Marques avalia que parte da dificuldade das COP, não apenas a do Brasil, é um reflexo da forma com que as Nações Unidas se organizam, com decisões que não se sobrepõem à soberania interna dos países membros e com um Conselho de Segurança com poder de veto. "É preciso criar um novo fórum para lidar com essas questões, porque este [a COP] fracassou", comenta o professor, que também denuncia o lobby exercido por representantes dos setores petrolífero e do agronegócio no evento. "Lobistas que não se infiltraram por debaixo dos panos, mas foram devidamente credenciados pelos países participantes".

Para além da atuação na COP30, Marques critica a posição brasileira em perpetuar a exploração de petróleo com a justificativa de que os lucros obtidos vão custear a transição energética. Ele cita o exemplo do 5º Ciclo de Oferta Permanente de Concessão, realizado em junho, no qual foram leiloados 34 blocos de exploração com potencial de extração de 24 bilhões de barris de petróleo. A estimativa é que essa exploração possa resultar na emissão de 11 bilhões de toneladas de carbono, o equivalente a cinco anos de todas as emissões do país. "Como é possível que alguém seja ingênuo a ponto de achar que isso vai melhorar a situação do país?". Em 20 de outubro, as pesquisas para exploração de petróleo na foz do rio Amazonas foram autorizadas pelo Ibama. "Ainda há no país um discurso nacionalista de que 'o petróleo é nosso', como se o carbono emitido pela Petrobras não faria mal, porque poderia alavancar nosso progresso".

Entre pontos positivos da COP30, Marques acredita que as intensas mobilizações sociais no evento, sobretudo de povos indígenas, serviram para que o mundo os conheça e ouça suas reivindicações. Ele também vê com bons olhos a iniciativa da Colômbia e dos Países Baixos em organizar uma conferência específica sobre o uso de combustíveis fósseis. O evento ocorrerá em abril de 2026 na cidade colombiana de Santa Marta. "A Colômbia está liderando um processo de organização parcial de países realmente engajados", defende Marques. "Enquanto isso, o Brasil demonstra estar do outro lado da trincheira".

Foto: Tânia Rêgo/ Agência Brasil

Indígenas protestam durante a COP30, em Belém: mobilizações deram visibilidade aos movimentos sociais

Perigo autoritário

CONJUNTURA 2026

Embora em crise, bolsonarismo se fortalece com seu "partido digital", avalia Marcos Nobre

LIANA COLL
lianavnc@unicamp.br

Para o professor de Filosofia da Unicamp e diretor do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), Marcos Nobre, o Brasil não está polarizado, mas dividido entre setores que nem mesmo têm consenso sobre o que é um fato. "O que temos é uma divisão entre duas visões de mundo completamente diferentes e incompatíveis. É diferente de uma disputa democrática em que, no mesmo campo, há um polo magnético em cada ponto", sintetiza.

Tal divisão deverá se expressar novamente nas chapas formadas para a campanha presidencial de 2026 e nos resultados do pleito. "Imaginar que exista, por exemplo, uma candidatura de centro, a chamada terceira via, não faz sentido, porque mesmo as pessoas que vierem a se apresentar nesses termos na eleição estarão já sinalizando para que lado elas vão no segundo turno", indica.

*Em entrevista ao **Jornal da Unicamp**, o docente analisa fatos políticos de 2025 e tece ponderações sobre o futuro do campo progressista e do bolsonarismo que, apesar de em crise, tem uma vantagem: o seu partido digital, que não presta contas e é "completamente opaco" em suas formas de funcionamento e de financiamento. "Por isso, não subestimar o bolsonarismo e o risco autoritário que o Brasil corre é muito importante", alerta.*

Para Nobre, o julgamento e a condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro e de seus aliados são uma vitória da democracia, reforçada pela responsabilização histórica dos militares por seus crimes, nunca ocorrida antes. Com a impossibilidade de Bolsonaro concorrer em 2026, avalia, há uma disputa interna ao bolsonarismo e à "direita sem medo" [forma como ele define parte da direita que alia à extrema direita sem medo do que pode ocorrer com a democracia], para a definição da sua chapa para a disputa. "O que não se deve fazer é confundir essa disputa com um enfraquecimento do bolsonarismo", adverte.

O professor analisa ainda a tentativa de interferência de Donald Trump no julgamento de Bolsonaro, tecendo um panorama sobre a aproximação entre o presidente estadunidense e o ex-presidente do Brasil a partir de 2019. "Trump foi muito importante para legitimar o governo Bolsonaro, no sentido de dizer: esse governo é um governo normal. O governo Trump normalizou o governo Bolsonaro. Mais do que isso: ele foi uma fonte de inspiração."

*As correspondências entre a extrema direita nos dois países expressou-se, por exemplo, na repetição dos ataques a instituições democráticas. Entretanto, ressalta Nobre, enquanto as instituições brasileiras responsabilizaram Bolsonaro por diversos crimes, como tentativa de golpe, nos Estados Unidos não houve ação correspondente em relação às ações de Trump. "Então você vê que o Brasil realmente, pela primeira vez, foi para a vanguarda". **Confira a análise:***

***Jornal da Unicamp** – Qual a sua avaliação sobre a condenação de Bolsonaro e de seus aliados e quais devem ser as repercussões na eleição de 2026?*

Marcos Nobre – Períodos de instabilidade, em especial de instabilidade institucional, trazem também oportunidades, tanto para o que há de pior como para o que há de melhor. Não conseguimos [no passado] responsabilizar agentes da ditadura militar pelos seus crimes e conseguimos na democracia responsabilizar aqueles que tentaram um golpe de Estado. Isso é inédito na história do país, e é importantíssimo. Ao mesmo tempo, houve um motim dos deputados impedindo instituições democráticas de funcionarem, o que mostra que a instabilidade traz com ela também riscos autoritários relevantes.

É importante ressaltar, no âmbito do julgamento, que me alinho àquelas pessoas que têm muita clareza que os dois artigos - abolição violenta do Estado de Direito e golpe de Estado - são figuras completamente diferentes do ponto de vista jurídico. Um pune a tentativa de autogolpe e a outra pune o golpe de Estado. Uma coisa é um crime quando se está no poder e tenta se manter no poder. A outra é quando se está fora do poder e tenta-se violentamente tomá-lo. É preocupante o movimento de tentar fazer com que esses dois crimes sejam tornados um crime só.

O que acontece com a extrema direita agora? A partir do momento em que Bolsonaro é condenado, e isso era completamente previsível, ele não pode ser candidato, mas não está inteiramente fora do jogo eleitoral. Ele foi declarado inelegível em 2023, mas mantinha sempre a ideia de que iria conseguir reverter. Agora está muito claro que isso está perdido, desencadeando uma disputa dentro do bolsonarismo para quem é que vai ficar com esse espaço. As pessoas olham e falam "eles estão se matando". Aconteceria a mesma coisa se o Lula dissesse: "eu não serei candidato". Haveria uma disputa enorme.

Foto: Antoninho Perri

Marcos Nobre: para professor do IFCH e diretor do Cebrap, aliança da "direita sem medo" com a extrema direita é forte e tem muita ressonância eleitoral

Mas não se deve confundir a disputa com um enfraquecimento do bolsonarismo. Essa é a minha preocupação maior, porque nós já subestimamos essa aliança entre o que eu chamo da direita sem medo - porque ela não tem medo de perder a democracia, não tem medo de perder tudo que a gente construiu nos últimos 40 anos - com a extrema direita. Essa aliança é muito forte e tem muita ressonância eleitoral e na sociedade.

Há uma fantasia de que o Lula é imbatível, de que essa eleição de 2026 já está ganha. De outro lado, com a ideia de que o bolsonarismo está em crise e se acabando, surge, por exemplo, a fantasia de que vai existir uma candidatura de centro. Nas pesquisas as pessoas dizem que não querem votar em nenhum dos dois polos, mas o centro não tem correspondência partidária nem eleitoral. Então é uma fantasia imaginar que esse centro amorfo vai se tornar alguma coisa.

JU – O senhor aponta que há uma divisão no Brasil, e não uma polarização. O que isso significa?

Marcos Nobre – O que a gente tem no Brasil não é uma polarização, o que temos é uma divisão entre duas visões de mundo completamente diferentes e incompatíveis. É diferente de uma disputa democrática em que, no mesmo campo, há um polo magnético em cada ponto. Nós temos uma divisão e temos que pensar em termos dessa divisão. A partir dela serão escolhidas as candidaturas. Imaginar que exista, por exemplo, uma candidatura de centro, a chamada terceira via, não faz sentido. Porque mesmo as pessoas que vierem a se apresentar nesses termos na eleição estarão já sinalizando para que lado elas vão no segundo turno.

JU – Quais os rumos dessa disputa entre bolsonarismo e campo progressista?

Marcos Nobre – É um momento de crise do bolsonarismo, mas, como eu ouvi a professora Isabela Kalil dizer em um seminário no Cebrap: 'o bolsonarismo vive da crise'. Então temos que pensar que o campo político está estruturado assim, não só no Brasil, mas no mundo inteiro. O campo do bolsonarismo tem uma vantagem competitiva gigantesca em relação ao campo progressista. Para deixar claro o que eu entendo por progressismo: não é a esquerda. Progressismo é uma aliança entre setores da esquerda e setores da direita democrática que não querem se aliar à extrema direita.

ainda **ronda o país**

Foto: José Cruz/Agência Brasil

Deputados de oposição amotinados impediram o funcionamento da Câmara em agosto: parlamentartes queriam impor a análise de propostas e protestavam contra a prisão de Jair Bolsonaro

O campo progressista tem um partido no seu centro, que é o PT [Partido dos Trabalhadores], um partido com raízes profundas, um partido de massa, que foi construído de maneira exitosa ao longo de décadas. Mas é um partido tradicional. E o bolsonarismo tem um partido digital. Não é um partido institucionalizado, registrado no TSE [Tribunal Superior Eleitoral]. Essa análise faz parte das nossas pesquisas no Centro para a Imaginação Crítica do Cebrap. E o partido digital não tem nenhuma exigência de entrada: você não precisa se filiar ao partido para fazer parte.

A partir de 2022, existe uma aliança entre o partido digital e o partido tradicional, ou entre os partidos tradicionais, porque existe uma aliança preferencial com o PL [Partido Liberal], mas não está restrito a ele, trazendo uma vantagem competitiva enorme, porque o partido tradicional tem os recursos do fundo eleitoral e do fundo partidário. Já o partido digital é completamente opaco. Não sabemos como ele é financiado, como ele opera, etc. Por isso, não subestimar o bolsonarismo e o risco autoritário que o Brasil corre é muito importante.

JU – Em 2025, houve uma tentativa de interferência dos Estados Unidos durante o julgamento de Bolsonaro. Qual a sua avaliação sobre o apoio de Trump ao ex-presidente?

Marcos Nobre – Foi muito importante para a consolidação do bolsonarismo o fato de Trump ser o presidente dos Estados Unidos entre 2017 e 2021, porque não somos uma ilha, e é o mundo que está nessa divisão entre a aliança da direita sem medo com a extrema direita e o campo progressista. Trump foi muito importante para legitimar o governo Bolsonaro, no sentido de dizer: esse governo é um governo normal. O governo Trump normalizou o governo Bolsonaro. Mais do que isso: ele foi uma fonte de inspiração.

Basta a gente pensar qual foi a primeira coisa que o Bolsonaro fez quando ele assumiu: viajar para os Estados Unidos. Ele tem um famoso discurso em um jantar em março de 2019 em que ele diz que não vinha para construir, mas para destruir. Então está muito claro que o projeto, que é uma espécie de manual do ditador atual, é: no primeiro mandato destruir as instituições e no segundo mandato fechar o regime.

Bolsonaro não teve o segundo mandato. Trump também não imediatamente, mas teve agora. Então você vê que o Brasil realmente, pela primeira vez, foi para a vanguarda, porque estava sempre dois anos atrasado em relação aos Estados Unidos. Trump se elege em 2016, Bolsonaro em 2018. Estados Unidos tem o 6 de janeiro de 2021, nós tivemos o 8 de janeiro de 2023. Só que em abril de 2023, Bolsonaro é declarado inelegível, que era o que os Estados Unidos deveriam ter feito [com Trump] e não fizeram. Agora estão correndo um risco gigantesco de uma destruição da democracia sem precedentes naquele país. Se Trump estivesse no poder quando o Bolsonaro tentou o golpe, a gente não sabe muito bem o que poderia ter acontecido.

JU – E qual a sua análise sobre a reaproximação entre Lula e Trump, a partir do momento em que se encontram na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em setembro?

Marcos Nobre – A aproximação entre Trump e Lula tem vários sentidos. Em primeiro lugar, o Trump é um *showman*. Ele sabe muito bem o que é dar um show, um espetáculo. O discurso e a presença de Lula na ONU foram espetaculares. Vai passar para a história como o grande discurso do Brasil na ONU. Em vista disso, como é um showman, Trump olhou e falou 'vou tirar uma casquinha'. E ele tirou uma bela casquinha.

A partir do momento em que falou 'rolou uma química, a gente se abraçou' (o que não aconteceu), ele fez o evento ser sobre ele, não sobre o Lula nem sobre o discurso do Lula. É um político muito ordenado. A partir do momento que ele faz isso e tem uma recepção favorável, ele dá uma de bonzinho na frente das câmeras, afirmando que é uma pessoa que não está comprometida com ninguém em princípio, apenas com o interesse dos Estados Unidos e, ao mesmo tempo, coloca para negociar com o Brasil o pior falcão que existe, Marco Rubio, alguém contra qualquer coisa que possa remotamente parecer de esquerda.

Trump faz jogo duplo porque ele percebe também que esse é um momento de crise do bolsonarismo e que nesse momento de crise é melhor deixar o bolsonarismo se entender, resolver o que vai fazer, e quando fizer, ele volta a apoiar.

Então, o Trump ganha dos dois lados. Os bolsonaristas podem ficar chateados, mas o apoio do Trump no ano que vem voltará a eles. Ao mesmo tempo, ele dá uma sinalização que está aberto à conversa [com governo Lula] e coloca para negociar alguém que é um obstáculo à negociação. Esse tipo de sinalização dupla do Trump é muito importante, essa ambivalência dele, porque abre caminhos para ele mesmo. Dependendo do que acontecer, ele consegue ir para lá ou para cá. Ele deixa sempre aberto o caminho, sem nenhum compromisso com a coerência no sentido tradicional, porque justamente o que ele não quer é ter um caminho impedido, bloqueado. Jamais o Trump vai ficar preso sem uma rota de fuga para ele mesmo.

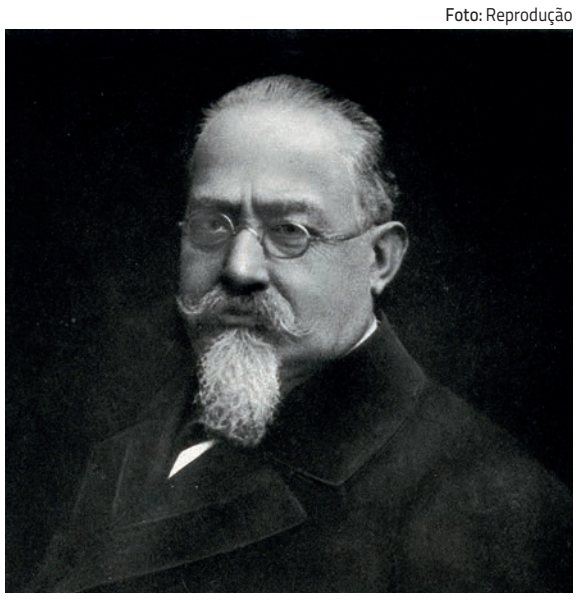
Foto: Ricardo Stuckert/Agência Brasil

Encontro de Luiz Inácio Lula da Silva e Donald Trump, em Kuala Lampur, Malásia, em outubro deste ano: presidente norte-americano faz jogo duplo

Livro expõe **influência das ideias de Lombroso** na América Latina

Obra explora diferentes campos de pesquisa para entender os desdobramentos do lombrosianismo nas ciências sociais

Foto: Reprodução



Cesare Lombroso: psiquiatra é autor italiano mais citado internacionalmente em toda a história das ciências sociais

MARIA EDUARDA PELOGGIA LUNARDELLI
Especial para o *Jornal da Unicamp*

A galáxia Lombroso: a extraordinária popularidade de Cesare Lombroso e do lombrosianismo na América Latina, de Livio Sansone, apresenta um estudo detalhado sobre como as ideias de Cesare Lombroso, especialmente em relação à raça, influenciaram, direta e indiretamente, a consolidação das ciências sociais na América Latina, sobretudo no Brasil.

A obra busca analisar em profundidade a chamada "galáxia Lombroso" – uma rede internacional que, em um primeiro momento, girava em torno do psiquiatra e antropólogo italiano, mas que posteriormente gerou subcentros comandados por seus próprios alunos. Para isso, recorre à mobilização de diferentes áreas de pesquisa – história do racismo e do pensamento racial, criminologia, psiquiatria, medicina, antropologia, entre outras – e a análises sobre as interpretações do lombrosianismo ao redor do mundo, além de apresentar seus desdobramentos após a morte de Lombroso. O objetivo é mapear detalhadamente essa galáxia e demonstrar sua real dimensão.

Ao ***Jornal da Unicamp,*** Sansone compartilhou as motivações que o levaram à escrita, os processos de estudo, as dificuldades encontradas e sua visão sobre a influência dessas ideias na atualidade.

Jornal da Unicamp – Como surgiu a ideia de escrever o livro? Houve algum episódio específico ou lacuna na literatura especializada que motivou essa pesquisa?

Livio Sansone – Sempre me intrigaram os autores execrados, muitas vezes muito citados e pouco lidos. Na história do pensamento racial, que já trata de um tema com tons de exagero, absurdo e anticientificismo, dar mais atenção a esses autores me parece de suma importância – sobretudo no caso de Cesare Lombroso, o autor italiano mais citado internacionalmente em toda a história das ciências sociais. Percebi a relevância de suas ideias – os lombrosianismos, por exemplo – em uma palestra que ministrei, em 2002, para um curso de mestrado em direitos humanos no Rio de Janeiro: os alunos, em sua maioria advogados e juristas progressistas, ainda o chamavam de "mestre".

JU – Na introdução do livro, o senhor comenta que seria necessário ser um "especialista nos vários campos de pesquisa abordados". Como foi o processo de estudo prévio à escrita, considerando essa complexidade interdisciplinar?

Livio Sansone – Construí minha carreira de antropólogo pesquisando as relações raciais e seus sistemas de classificação por meio de trabalho de campo, sobretudo etnografia com grupos subalternos na Inglaterra, na Holanda, no Suriname e, desde 1992, no Brasil. Para chegar à raiz do pensamento racial, como faço neste livro, tive que me reinventar como etnógrafo nos arquivos, aprendendo a explorar seus segredos – suas pérolas, mas também suas ausências – imitando os mestres historiadores, sem, no entanto, deixar de lado o gosto pelos detalhes, pelo "fuxico" que os arquivos também contêm. As leituras envolveram várias línguas e textos escritos a partir de meados do século XIX. De certa forma, foi também um retorno à Itália e à sua grande tradição de estudos sobre o século XIX.

JU – O livro aborda a "galáxia Lombroso" como uma rede internacional de ideias e influências. Como o senhor analisa o impacto dessa rede no contexto atual das ciências sociais?

Livio Sansone –A galáxia Lombroso foi particularmente influente nas ciências sociais em toda a América Latina até os anos 1920. Aquela postura que chamo de "lombrosianismo" persistiu até a Segunda Guerra Mundial, principalmente nas áreas marginais das ciências sociais, como psiquiatria, endocrinologia, ciências policiais e antropologia forense. A partir do final dos anos 1930, com a criação tardia de universidades no Brasil e a crescente relevância dos intercâmbios com a França e, sobretudo, com os EUA, em um contexto em que a América Latina já ocupava uma posição subalterna, as influências da Escola Positiva italiana foram relegadas ao passado, embora ainda exerçam certa influência no senso comum.

JU – Como foi o processo de pesquisa nos diferentes países da América Latina? Quais foram os principais desafios?

Livio Sansone – Minha pesquisa se concentrou no Brasil, na Argentina e em Cuba. Se tivesse tido mais tempo, certamente teria continuado investigando outros países onde a galáxia teve grande impacto – em primeiro lugar o México e, depois, a Colômbia, o Chile, a Bolívia e o Peru. A grande vantagem foi não precisar de vistos (em Cuba, o visto é concedido no aeroporto). O desafio maior foi a precariedade dos arquivos, mesmo de autores "lombrosianos" como Fernando Ortiz, José Ingenieros e, ainda mais, Nina Rodrigues, além do alcance ainda limitado da digitalização e da disponibilização on-line de jornais importantes, como o *La Nacion*, de Buenos Aires, e *O Estado de São Paulo*.

JU – Ao longo da pesquisa, qual foi o aspecto mais surpreendente ou inesperado sobre a repercussão das ideias de Cesare Lombroso na América Latina?

Livio Sansone – A grande sintonia entre a tradição fisionômica italiana – a tentativa de interpretar o comportamento a partir da observação do corpo e das expressões – e a forma de interpretar e organizar as relações sociais e raciais na América Latina, que funciona muito mais pela aparência do que por alguma essência racial. De resto, tanto a Itália como os países da nossa região são sociedades, digamos, barrocas. Este seria, talvez, o verdadeiro elo entre os países "latinos".

JU – De quais maneiras a obra pode contribuir para o entendimento das questões raciais no Brasil hoje?

Livio Sansone – Minha pesquisa corrobora, entre outras coisas, que a relevância do lombrosianismo não se deve à sua suposta exatidão científica, mas ao fato de se encaixar bem nas prioridades das elites intelectuais da época, com foco na interpretação do comportamento de determinados grupos tidos como problemáticos a partir de sua estética. A pesquisa também mostra como a autoimagem do Brasil, e sua questão social e racial, foi e continua sendo construída e avaliada a partir de modelos externos, assim como de reinterpretação de teorias "que vêm de fora" e que são sabida e convenientemente antropofagizadas – antes da Itália e, mais tarde, da França e, sobretudo, dos EUA. Foi e continua sendo um grande jogo de espelhos.

Título: A galáxia Lombroso: a extraordinária popularidade de Cesare Lombroso e do lombrosianismo na América Latina
Organização: Livio Sansone
Edição: 1ª
Ano: 2024
Páginas: 240
Dimensões: 16 cm x 23 cm

LANÇAMENTOS

BIOTEMPO
Tiago Andrade
Páginas: 176
Dimensões: 14 x 21 cm

CAMPINAS EM PERSPECTIVA
André Luiz Paulilo e João Paulo Berto (org.)
Páginas: 664
Dimensões: 16 x 23 cm

DRAMATURGIAS RADICAIS
Marcos Fábio de Faria
Páginas: 264
Dimensões: 16 x 23 cm

EDITORA UNICAMP

Livraria da Editora da Unicamp
R. Sérgio Buarque de Holanda, 421
Cidade Universitária Unicamp

www.editoraunicamp.com.br
vendas@editora.unicamp.br

Economista investiga **impacto** das instituições **na desigualdade salarial**

Tese analisa papel de sindicatos, salário mínimo, proteção trabalhista e credenciais profissionais na distribuição dos rendimentos

Foto: Tomaz Silva/Agência Brasil

Trabalhador informal mostra óculos à venda em banca montada na tradicional área de compras do Saara, no centro do Rio de Janeiro

DAVI CARVALHO
Especial para o *Jornal da Unicamp*

A desigualdade salarial atravessa décadas como uma das marcas estruturais da sociedade brasileira. Ela resiste a ciclos de crescimento, mudanças tecnológicas e variações na qualificação da força de trabalho. Embora fatores de mercado influenciem a trajetória dos rendimentos, parte decisiva dessa dinâmica se enraíza no modo como o país organiza suas regras, proteções e credenciais profissionais. É na interseção entre instituições e mercado que se definem os contornos da distribuição salarial.

É a partir desse diagnóstico que a tese "Desigualdade salarial e instituições do mercado de trabalho no Brasil", do economista Erick Ohanesian Polli, orientada pela professora Carolina Troncoso Baltar, no Instituto de Economia (IE) da Unicamp, examina o papel das instituições entre 2012 e 2024. A pesquisa combina reconstrução histórica, leitura setorial e um modelo econométrico de dados em painel que busca identificar o peso específico de sindicatos, salário mínimo, proteção trabalhista e do sistema de profissões na desigualdade salarial brasileira.

O estudo dialoga com duas tradições analíticas que há décadas disputam explicações para a desigualdade. Uma linha associa diferenças salariais a atributos individuais, como escolaridade e produtividade. A outra sustenta que as instituições moldam a hierarquia salarial ao influenciar decisões de contratação, pisos salariais, poder de barganha e requisitos profissionais. Polli articula essas interpretações e mostra que entender a desigualdade implica observar simultaneamente fatores de mercado e mecanismos institucionais. A partir dessa síntese, a tese reconstrói a evolução das instituições do trabalho no Brasil, analisa como setores e ocupações se reorganizaram na última década e, na sequência, estima o impacto dessas estruturas sobre a distribuição dos rendimentos.

Para mensurar o papel das instituições, Polli adapta metodologias comuns em pesquisas comparativas internacionais, aplicando-as a um único país ao longo do tempo. O modelo de dados em painel considera a evolução entre 2012 e 2024 e controla simultaneamente composição educacional, estrutura setorial, demanda por trabalho e diferenças na formalização. Essa escolha permite distinguir movimentos atribuídos a mudanças institucionais daqueles explicados por transformações de mercado.

As variáveis institucionais incluem salário mínimo, sindicalização, proteção trabalhista e sistema de profissões. Cada elemento opera em um ponto distinto da estrutura distributiva. O salário mínimo atua principalmente na base; os sindicatos tendem a organizar faixas salariais internas; a proteção trabalhista cria fronteiras entre vínculos; e o sistema de profissões estrutura credenciais que concentram benefícios em determinados grupos ocupacionais. Esse desenho metodológico prepara o terreno para analisar como essas forças se manifestam no mosaico de setores e ocupações brasileiros.

Foto: Divulgação

Erick Ohanesian Polli, autor da tese: em defesa do fortalecimento da formalização e da valorização do salário mínimo

Contrastes na desigualdade

A etapa descritiva mostra um mercado de trabalho marcado por assimetrias profundas. Setores de baixa remuneração, como a agricultura informal, apresentam alguns dos maiores índices de desigualdade, revelando que baixos salários não impedem grande dispersão interna. Na outra ponta, áreas de informação e educação combinam remunerações médias mais altas com desigualdade igualmente elevada.

Entre os trabalhadores formais, a administração pública concentra as maiores médias salariais e também uma das maiores dispersões. Já setores como comércio, alojamento e agricultura registram salários mais baixos e desigualdade relativamente menor — relação que se altera quando observada a informalidade. A tese evidencia que a heterogeneidade interna aos grupos ocupacionais é central para explicar a desigualdade. Mesmo em atividades semelhantes, vínculos protegidos e não protegidos produzem trajetórias salariais divergentes.

Para Polli, a grande heterogeneidade do setor informal é decisiva para compreender esses padrões. "O setor informal reúne ocupações com jornadas, estabilidade e remunerações muito diferentes, e isso por si só amplia a dispersão dos rendimentos", afirma.

Como não há piso salarial garantido e a exposição à incerteza é maior, a desigualdade tende a ser elevada mesmo em atividades de baixa remuneração. Segundo ele, a expansão do trabalho por aplicativos e a flexibilização de regras de contratação fora da CLT intensificam essa dispersão, criando trajetórias ainda mais heterogêneas dentro do segmento informal. Essa combinação ajuda a explicar por que, mesmo em setores com renda média baixa, a desigualdade interna se mantém alta e tende a crescer ao longo do tempo.

Os resultados econométricos mostram que aumentos reais do salário mínimo desempenham papel consistente na redução da desigualdade, sobretudo na base da distribuição. O autor observa que o efeito varia entre segmentos: "No setor formal, o trabalhador tem a garantia de receber pelo menos o mínimo; no informal, ele funciona só como referência", explica. A chamada função "farol" existe, mas com alcance limitado. Por isso, afirma, a expansão da formalização é decisiva, pois potencializa o efeito do mínimo e dos mecanismos de negociação coletiva.

Por outro lado, nem todas as instituições atuam na mesma direção. A sindicalização aparece no estudo associada a maior desigualdade, o que indica que, isoladamente, pode não capturar plenamente os efeitos da negociação coletiva. Como esses ganhos alcançam todos os trabalhadores da categoria, parte do impacto tende a ser absorvida pela própria formalização, e não apenas pela sindicalização em si.

Já a proteção trabalhista, medida pela formalização e por normas de segurança, separa trajetórias entre trabalhadores protegidos e não protegidos, ampliando fronteiras internas em diversos setores. O sistema de profissões, por sua vez, tende a aumentar a desigualdade entre grupos ao organizar credenciais que funcionam como barreiras de entrada. No entanto, quando observados apenas os grupos regulamentados, essa estrutura se associa a menor desigualdade dentro dessas ocupações específicas. Somado aos demais mecanismos, esse desenho reforça distâncias estruturais mesmo quando outras instituições atuam na direção oposta.

Na avaliação do pesquisador, o caminho mais promissor combina duas frentes. "Fortalecer a formalização e valorizar o salário mínimo é o que mais pode alterar a trajetória da desigualdade", afirma. Ele reconhece que sindicatos seguem relevantes, embora com capacidade desigual entre categorias, e alerta que medidas recentes de flexibilização trabalhista podem reduzir o alcance das instituições que historicamente comprimiram a desigualdade.

Os achados reforçam que as instituições não produzem efeitos homogêneos. Elas interagem com setores, ocupações e vínculos, gerando composições que podem reduzir ou ampliar disparidades. Em um cenário marcado por fragmentação ocupacional e expansão de formas flexíveis de contratação, compreender como instituições moldam rendimentos permanece central para interpretar por que algumas desigualdades se perpetuam — e quais caminhos podem alterá-las.

Inferno no paraíso

Historiador une arte, análise histórica e método foucaultiano em crítica à visão de Brasil como paraíso sexual

MARIANA GARCIA
marigrss@unicamp.br

Imagem: Reprodução

A tese aborda as releituras críticas feitas pela artista plástica Adriana Varejão acerca das obras de Jean-Baptiste Debret, como a aquarela *Um jantar brasileiro* (acima)

O que está por trás da imagem de paraíso sexual que acompanha o Brasil pelo mundo? Para responder a essa questão, o historiador Varlei Rodrigo do Couto investigou a legitimidade de uma versão da história do país – pensada por nomes como Gilberto Freyre e Paulo Prado – que conferiu ao sexo o protagonismo na formação da identidade brasileira. Na tese A erotização do paraíso: uma crítica à construção identitária do Brasil como paraíso sexual, defendida no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), da Unicamp, o autor procura desmontar essa teoria, para expor um conceito fabricado, no qual a sexualidade assume uma faceta perversa. Em sua pesquisa, o historiador encontra um outro erotismo, vivido e narrado a partir de margens historicamente silenciadas, que o inspira a elaborar um novo conceito histórico.

Desenvolvida no Centro de Pesquisa em Foucault, Gênero e História das Subjetividades (Cefos), do IFCH, a pesquisa constou da linha de pesquisa Gênero, Subjetividade e Cultura Material, instaurada no Departamento de História da Universidade. O colóquio "Ascensão e queda do paraíso tropical", realizado em 2020 no IFCH, serviu de inspiração para o trabalho do historiador, que foi orientado pela historiadora Margareth Rago, professora do instituto que respondeu tanto pela organização do seminário como pela estruturação do Cefos.

Além de investigar as origens e motivações por trás da visão do Brasil como um paraíso sexual, Couto procurou examinar como essa imagem erotizada atravessou a história do país, explorando, ao mesmo tempo, suas implicações no presente. A arqueogenealogia – método científico foucaultiano em que o passado é contemplado a partir dos discursos que o compõem – norteou a pesquisa. O doutor em história ainda recorreu a textos teóricos decoloniais e às artes de Daiara Tukano, Rosana Paulino e Adriana Varejão como referências para contemplar, em sua análise, a imagem de um paraíso sexual brasileiro sob uma perspectiva sobretudo feminista, indígena e negra.

A análise foi empreendida com base em um material diversificado – entre documentos, imagens e registros históricos. À carta de Pero Vaz de Caminha, somaram-se diários de viajantes do século 16, relatos da mesa inquisitorial, textos jesuíticos e pinturas de [Jean-Baptiste] Debret. Couto também consultou biografias de personagens que viveram às margens da sociedade, literaturas oficiais da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e textos que influenciaram os pensadores da Primeira República a consolidar a versão da história do país inspecionada. Com base nos registros dos primeiros europeus a pisar no território brasileiro, o autor da tese concluiu que sua ideia de Brasil não se assemelhava à de um paraíso: estava mais próxima do inferno.

Foto: Antonio Scarpinetti

A professora Margareth Rago, orientadora da pesquisa: estudo questiona herança deixada por autores considerados intocáveis

A crítica formulada pelo historiador se concentra no conceito colonialista de erótico, que foi retomado no início do século 20 como peça de um projeto de poder elitista. "Intelectuais e políticos, articulados pelos interesses da Primeira República, mobilizaram esse repertório para forjar uma identidade brasileira conveniente à nova ordem", diz Couto. Para desenhá-la, resgataram registros coloniais e a literatura dos primeiros viajantes. Seu erro principal, indica o pesquisador, foi adotar uma leitura estritamente literal da forma colonial de pensar o erótico, para explicar a nação. "É um modo misógino de olhar para os corpos e de entender a realidade, que exterioriza e inferioriza o outro."

Na visão de um Brasil paradisíaco, miscigenado e pacífico, como vende o mito do paraíso sexual, a erotização é transformada em instrumento tanto para apagar um passado – e um presente – marcado pela violência contra as chamadas minorias, como para vulnerabilizar, descredibilizar e submeter indivíduos e desejos. "A ideia de erotização do paraíso, proposta por Varlei, é desmistificar essa leitura perversa do erótico presente na visão de um paraíso sexual", avalia Rago. "Eles lançam sobre as mulheres, ao longo da história brasileira, um olhar que as empurra para o território do irracional, como se fossem definidas por uma sexualidade excessiva. A partir daí, o próprio país é descrito como guiado pelo instinto e, portanto, incapaz de racionalidade. Nesse enquadramento, o povo precisaria de alguém que o governe, porque esse suposto rebanho brasileiro seria, nas palavras de Paulo Prado, 'extremamente sexual'", complementa o historiador.

Problematizando o conceito colonialista do erótico que cercou a cultura brasileira, Couto propõe a elaboração de um novo conceito, capaz de ressignificar o discurso dominante e, ao mesmo tempo, esvaziar uma teoria que, por séculos, tem operado como máquina de violências e exclusões. Trata-se de uma espécie de contra-história, explica, na qual literaturas, artes e formulações não-hegemônicas fazem emergir a imagem de uma nação em que o erotismo se apresenta como pulsão de vida e de criatividade, mesmo sob o peso da opressão. Essa inflexão se apoia, sobretudo, no olhar de quem costuma permanecer fora do campo das decisões, devolvendo centralidade às experiências subalternizadas."Pensar o Brasil como um paraíso sexual tropical é ainda repetir um conceito colonial do erótico, aquele que reduz o corpo da mulher a lugar de conquista e instrumento da dominação masculina. Mas há outra forma de narrar a história brasileira: a de um país alegre e festivo, que não fez do sexo uma perversão, e sim da sexualidade, do erótico, uma potência de alegria."

Os autores confrontados, todos homens, foram responsáveis por fundar uma tradição de pensar o Brasil como uma nação harmônica, seja no que diz respeito às raças, seja em relação a questões sexuais. Em Freyre, essa harmonia serviu para estruturar a visão de um país alegre, festivo e acolhedor. "Isso, que passa como uma tradição, entre aspas, dos vencidos, silencia toda uma outra tradição, que é muito forte no Brasil." Esses ângulos ignorados pela tradição, na pesquisa aparecem na forma de arte. Couto recorre ao trabalho de Varejão como uma lente crítica, para ressignificar, por exemplo, obras de Debret que retratam um Brasil onde brancos e negros escravizados convivem em harmonia. "Em Filho Bastardo, Adriana Varejão traz essa violência sexual que envolveu os corpos africanos. Ela mostra o estupro, nesse jogo intrincado entre o colonizador, o religioso, a indígena e as mulheres africanas."

A tese, avalia Rago, quebra o silêncio que cerca a herança deixada por autores tradicionalmente considerados intocáveis. Desta forma, traz uma contribuição rara para a academia. "Até então, não se falava que Gilberto Freyre era misógino. Não estamos invalidando o trabalho dele, que é importantíssimo, mas é óbvio que a maneira como pensou formou gerações. Hoje, a gente sabe que a ideia de que o Brasil é uma democracia racial é um mito, que passou a ser criticado. Mas ela imperou por muito tempo, justificando o poder, a exclusão, a hierarquia e a ideia de que as mulheres precisam ser conduzidas porque são muito irracionais e passionais", destaca a orientadora.

Foto: Lúcio Camargo

O historiador Varlei Rodrigo do Couto, autor da tese: pesquisa fundamentada em documentos, imagens e registros históricos